

MOÇÃO

AUMENTO DO SALÁRIO MÍNIMO NACIONAL UM IMPERATIVO NACIONAL

No momento em que a CGTP-IN celebra os seus 40 anos de existência, o patronato retoma a ofensiva contra a fixação do salário mínimo nacional em 500 euros, em Janeiro de 2011. Pretende o protelamento na sua entrada em vigor e, a exemplo do que já aconteceu em anos anteriores, que o Governo lhe atribua mais apoios e benesses.

A pressão patronal contra o salário mínimo não é separável da intenção de bloquear a actualização dos salários em geral, nas empresas privadas e na Administração Pública. Visa-se tirar partido de uma situação de crise orçamental para retirar benefícios em termos de evolução dos salários, aumentando a exploração e agravando as condições de vida dos trabalhadores mais mal pagos.

A fixação do salário mínimo em 500 euros, em Janeiro de 2011, corresponde ao compromisso subscrito em Dezembro de 2006, na concertação social, entre o Governo e todas as confederações sindicais e patronais.

A actualização do salário mínimo não é apenas justa porque honra os compromissos por todos assumidos e porque constitui uma condição para a melhoria das condições de vida dos trabalhadores e para o combate à pobreza. É-o também porque o crescimento dos salários é um imperativo nacional para assegurar uma mais justa distribuição da riqueza, para estimular o mercado interno e a actividade económica e para criar emprego.

Perante esta situação, o Governo não pode ter uma posição ambígua remetendo a discussão para a concertação social, de uma decisão que tem a obrigação de assumir.

O salário mínimo constitui um instrumento essencial na protecção contra salários excessivamente baixos, o que é particularmente relevante sabendo-se que o nível geral das remunerações no país é muito baixo e que somos um dos países da UE com maior incidência de trabalhadores nesta situação;

Num quadro em que em 2010 se celebra o Ano Europeu do Combate à Pobreza e à Exclusão Social, é fundamental que o salário mínimo seja assumido como um instrumento essencial para reduzir a pobreza laboral que em Portugal abrange mais de 10% dos empregados.

A LUTA PELO S.M.N. É INDISSOCIÁVEL DA HISTÓRIA DA CGTP-IN

- Porque foi uma das reivindicações principais na fundação da Intersindical, que celebra hoje 40 anos;
- Porque a Intersindical esteve directamente associada à criação do salário mínimo nacional logo após o 25 de Abril, tendo o primeiro salário mínimo sido aprovado em 27 de Maio de 1974 com o valor de 3300\$, produzindo efeitos a partir de 1 de Junho, calculando-se que tenha abrangido 47% dos trabalhadores da indústria, comércio e serviços;
- Porque associada à sua valorização, assegurou-se a sua extensão a todos os sectores e a todas as empresas independentemente da sua dimensão; a eliminação na discriminação salarial de jovens na fixação do salário mínimo; a actualização anual, sem perdas de vigência, a qual ocorre desde 1983;
- Porque a CGTP-IN foi determinante para que o Acordo sobre a actualização do SMN estabelecesse o compromisso da aplicação dos 500 euros em Janeiro de 2011.

Neste contexto, a Assembleia e Dirigentes e Delegados Sindicais, decide:

1. Exigir o cumprimento do compromisso da fixação do salário mínimo nacional em 500 euros, a partir do dia 1 de Janeiro de 2011;
2. Realizar uma Campanha de sensibilização dos trabalhadores e da opinião pública em geral, para a importância da actualização do salário mínimo nacional, pelo impacto que tem na protecção contra baixos salários e na evolução das remunerações de todos os trabalhadores;
3. Assumir o desenvolvimento de todas as acções e lutas que se considerem necessárias, a nível local, sectorial e nacional, de forma a assegurar a aplicação dos 500€ em Janeiro de 2011.

Lisboa, 1 de Outubro de 2010